

Nem tudo deve ser lembrado: os usos políticos da memória de Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina-PI entre 1955-1971

Not everything should be remembered: the political uses of the memory of Dom Avelar Brandão Vilela, Archbishop of Teresina-PI between 1955-1971

Lenilson Rocha Portela*

Resumo

Este artigo estabelece uma reflexão sobre a relação entre Igreja Católica Apostólica Romana e Memória, na produção de discursos institucionais coesos sobre a figura de Dom Avelar Brandão Vilela, e a tentativa de enquadramento da sua imagem e Memória a partir dos usos feitos do Arquivo particular *Paulo VI* da Arquidiocese de Teresina-PI. Dom Avelar foi arcebispo metropolitano da capital piauiense entre os anos de 1955-1971, e desenvolveu intensa atividade pastoral, social e política no Estado do Piauí. Criador de Escolas, Rádio e Faculdade, ganhou notoriedade no cenário nacional, em função da sua atuação junto aos menos favorecidos, e da defesa da sindicalização rural e promoção do Movimento de Escolarização de Base (MEB). A sua memória tem sido preservada de forma coesa, com vistas a atender os interesses institucionais da Igreja Católica Apostólica Romana presente no Piauí.

Palavras-chave: Arquivo; Igreja Católica; Memória.

Abstract

This article reflects on the relationship between the Roman Catholic Church and Memory, in the production of cohesive institutional discourses on the figure of Dom Avelar Brandão Vilela, and the attempt to frame his image and Memory based on the uses made of the private Archive *Paulo VI* of the Archdiocese of Teresina-PI. Dom Avelar was metropolitan archbishop of the capital of Piauí between the years 1955-1971, and developed intense pastoral, social and political activity in the State of Piauí. Creator of Schools, Radio and Faculty, he gained notoriety on the national scene, due to his work with the poor, and the defense of rural unionization and promotion of the Movement for Basic Schooling (MBS). His memory has been preserved in a cohesive way, with a view to meeting the institutional interests of the Roman Catholic Church present in Piauí.

Keywords: Archive; Catholic Church; Memory.

* Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: lenilson90@hotmail.com.

Introdução

Como se fabrica uma figura pública, ou melhor, um mito religioso? (Burke, 1994). No ano de 2019 tivemos acesso ao *Arquivo Privado da Arquidiocese de Teresina-PI*, que atende por *Paulo IV*¹, onde no passado funcionava o seminário de formação para uma parcela de padres da província eclesiástica do Piauí. Com a transferência do seminário para um bairro mais afastado e periférico, - já que o antigo prédio e a localização centralizada não ofereciam um ambiente de recolhimento e silêncio -, trasladou-se, então, a sede da cúria Arquidiocesana para as margens do rio, atual centro administrativo da referida Igreja Particular. Além do Arquivo, situa-se nesse imóvel, a *Ação Social Arquidiocesana – ASA*, órgão fundado por Dom Avelar Brandão Vilela, e responsável por promover trabalhos caritativos e de auxílio aos mais necessitados; bem como o *Tribunal Eclesiástico do Regional 04 da CNBB*, instância jurídica da Igreja Católica.

Compõem também o quadro de serviços disponíveis, coordenação de movimentos religiosos de leigos católicos, e registros de documentos relacionados à dispensa de sacramentos como batismo, crisma e matrimônio. O gerenciamento do Arquivo é feito por colaboradores religiosos, leigos e funcionários da Cúria Arquidiocesana que em paralelo as suas atividades de registro das dispensas sacramentais, organizam, mapeiam, e identificam por seção, interesse e cronologia. A digitalização prioritária ocorre com os documentos relacionados ao batismo, crisma e matrimônio, sendo em segundo plano digitalizados outros documentos com o auxílio de voluntários e alguns poucos pesquisadores.

Sobre a organização e acesso, pontuam-se duas questões: os atuais limites do espaço físico configuram-se como uma questão problemática, já que há muitos arquivos em um espaço pequeno, bem como a dificuldade de acesso aos documentos que é restrita a poucos estudiosos. Em contrapartida, há um conjunto expressivo e rico de documentos dos mais variados possíveis. Além dos registros já citados, encontram-se também livros caixa, livros de tombo de diversas paróquias do Piauí, registros de notas de seminaristas, livros e folhetos teológicos, peças em porcelana, objetos de uso de bispos e do Papa João Paulo II que datam da sua visita ao Estado em 1980. Portanto, o *Arquivo Paulo VI* que está sob os cuidados da Arquidiocese de Teresina, e dispõe de riquíssima documentação que conta não apenas a história da instituição, mas do Estado do Piauí, é um lugar de privilegiado acervo, útil na elaboração pesquisas históricas.

Muito embora esse arquivo configure-se como braço de uma instituição privada, enquadra-se na forma de lugar privilegiado para a preservação de rastros do passado e que serão úteis aos que manifestam interesse pelo campo de pesquisa concernente ao mundo religioso. Dessa forma, podemos definir um arquivo e o que nele contém como:

São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos,

¹ Logrado na Av. Frei Serafim, 3200 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64000-020, as margens do Rio Poty.

artistas, literatos, cientistas etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento. (BELLOTTO, 2006, p. 256)

Na oportunidade supracitada, desenvolvíamos um projeto de digitalização de um periódico intitulado de *O Dominical*, jornal de circulação diocesana e que tinha como intenção discutir assuntos relacionados à moral, teologia e política tendo como base a doutrina Católica (Nascimento, 2004). Em setembro de 2019, surpreendidos pelo acaso, encontramos caixas que guardavam documentos sobre o episcopado de Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina de 1956 a 1971. O conteúdo nos saltou aos olhos, já que constava de folhetins, correspondências, anotações pessoais, e conteúdo de propaganda política ligada a “questões progressistas” como educação de base, sindicalismo rural, ação pastoral em função dos menos favorecidos. Mesmo tendo o interesse despertado, não nos aprofundamos na busca já que o nosso objetivo consistia em outra coisa.

Concluída a digitalização do periódico *O Dominical* em 2019, despertou-nos o interesse por trabalharmos com a figura de Dom Avelar e a sua relação com setores tidos como *progressistas*.² Em dezembro de 2020, solicitamos o retorno aos arquivos o que nos foi permitido, já que até o momento da solicitação, esse departamento da cúria arquidiocesana não tinha conhecimento da disposição que nos movia a retornar. Apresentados os motivos e intenções, houve um estranhamento, e nos foi negado o acesso direto às caixas com o conteúdo indicado. Fomos admitidos apenas aos livros de tombo, cartas circulares e decretos diocesanos que foram editados e publicados por Dom Avelar. Os livros de tombo registram a ação pastoral do então arcebispo, as cartas circulares e decretos falam apenas de temas que eram de interesse geral, como normas sacramentais e transferências de padres a pedido do prelado. Assessorados por um historiador e orientados por ele, as caixas almejadas continuaram resguardadas de nosso contato.

Após essa experiência de impedimento ao acesso integral dos arquivos, nos questionamos qual a motivação para esse tipo de ação. O que ganhariam com a negativa de acesso a esses arquivos? Após leituras e reflexões sobre a figura do Bispo Avelar Brandão Vilela, concluímos que existe uma mitificação em torno da sua figura. Construiu-se o discurso e a imagem de um homem conciliador, postura que lhe garantia o acesso a muitos lugares e pessoas (Carvalho, 2006).

A memória de Dom Avelar como mediador de conflitos e responsável por grandes feitos domina a cena em Teresina, capital do Estado mais católico do Brasil (Carvalho, 2013). Portanto, é de se imaginar que ao apresentá-lo como um homem minimamente inclinado a “tendências

² Dom Avelar não se considerava um progressista e nem um conservador, mas um fiel bispo da Igreja. Seus posicionamentos e ações são permeados de ambiguidades, e há uma disputa de memória na perpetuação de seu legado como Arcebispo de Teresina. Teve relações complexas com a Ditadura Militar brasileira, bem como, com setores progressistas e conservadores.

progressistas”, macularia a imagem que dele permanece, no seio de uma comunidade conservadora, que deve tributos a essa figura que contribuiu diretamente para o desenvolvimento não apenas da Igreja local, mas do Estado do Piauí por meio das suas articulações políticas (Oliveira, 2021).

Isso se mostra por meio dos usos do seu legado feito pela instituição, quando da fabricação de lugares, datas e ocasiões de memória, onde são ressaltadas as ações em favor do Estado do Piauí, e postos em segundo plano os conflitos com a Ditadura Civil-Militar brasileira. Segundo Araújo (2008), o que ocorre aí é uma batalha de memória, onde quem leva a melhor, é quem detém o discurso oficial, pois consegue difundir uma versão limada e unificada da História. Não podemos afirmar que existe um vencedor, já que há narrativas paralelas – como é o caso das produções acadêmicas recentes que apresentam dados até então desconhecidos sobre Dom Avelar – que coexistem aos ditames católicos.

Responsável pela criação da *Ação Social Arquidiocesana – ASA* (1956), pela utilização da Rádio Pioneira de Teresina na difusão do Movimento de Educação de Base – MEB (1962) em comunidades menos favorecidas e de altos índices de analfabetismo; revitalização e criação de escolas públicas e privadas, bem como da *Faculdade Católica de Filosofia* (FAFI) (1958), e apoiado do sindicalismo rural no Estado. Atuando em diversas frentes, Dom Avelar consolidou-se como uma figura de importância política e religiosa, o que despertou amor e ódio de muitos dos seus contemporâneos (Oliveira, 2016).

Era do conhecimento de todos que Dom Avelar Brandão Vilela dialogava com propostas tidas como progressistas, como o MEB e sindicalismo rural, mas ele negava qualquer adesão ou envolvimento com a Esquerda, projetando-se publicamente, inclusive, como um anticomunista.³ Soma-se a esses, o fato de Dom Avelar ser irmão de Teotônio Vilela, rico político que foi vice-governador de Alagoas (1961-1965) e senador pelo mesmo Estado (1967-1982), que ajudou a fundar a UDN em sua terra natal. Após 1966, esteve filiado à ARENA, partido que apoiava os militares. Já no final da Ditadura, passou a defender a redemocratização, e colocando-se contra o partido a que era agremiado (Motta, 1996). Outro fato notório foi a criação de Dom Avelar como cardeal em 1973, quando já ocupava a sede primacial da Arquidiocese de São Salvador - BA.⁴

Natureza e identidade do Arquivo Paulo VI

O Arquivo que está sob os auspícios da *Arquidiocese de Teresina*, é o resultado de mais de um século de acúmulo de documentos das mais diversas espécies e origens. Constatam

³ Existe uma discussão em torno dessa definição do que seria progressista e moderado, pois tais adjetivos foram dados por militares no período que compreendemos como a Ditadura Militar. O livro de Paulo César Gomes (2014) sobre os bispos católicos e a Ditadura Militar, ajuda na compreensão dessas disputas discursivas.

⁴ Pelo fato de ter sido a primeira diocese do Brasil, erigida em 1551 pelo então Papa Júlio III, essa arquidiocese recebe o título de “Sede Primaz do Brasil”. É costume que os seus arcebispos sejam elevados à condição de cardeais.

naquelas prateleiras e mostruários, cópias de jornais como *O Dominical* e *O Dia*; decretos e cartas circulares diocesanas, livros de tomo, obituários, registros de matrimônio e batismo, livros caixa, correspondências entre Teresina e Roma, como também objetos de uso dos bispos e mesmo do papa João Paulo II, quando da sua visita ao Piauí na década de 1980.

Durante boa parte dos 37 anos de sua existência (1984-2021) no atual logradouro, o arquivo não contou com nenhuma política de gestão documental que assegurasse a sua preservação, estando esse conjunto de fontes históricas dispersas. A partir da posse de Dom Jacinto Furtado de Brito Sobrinho, como arcebispo de Teresina em 2012, notou-se uma valorização da memória institucional, que o levou a erigir uma chefia nesse setor da cúria arquidiocesana, dando início ao processo de organização dos conjuntos documentais, levando em conta a data em que foram editados e produzidos, bem como a temática a que correspondem. Essa organização propiciou a elaboração de uma coleção livresca sobre o arcebispado do Piauí e que se encontra em processo de produção, tendo já publicado dois volumes intitulados: *Os sucessores dos Apóstolos em Teresina*, com autoria dos historiadores Antonio Fonseca dos Santos Neto e Paulo de Tarso de Batista Libório. Os textos passam pelo crivo do atual arcebispo, Dom Jacinto, que concede a palavra final sobre a publicação.

Sobre o processo de gestão, custódia, natureza e divulgação documental de arquivos, consta no ordenamento jurídico nacional, uma disposição legislativa sob *n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991*, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”, e que aponta no seu *Art. 11* “consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (Brasil, 1991). O *Art. 216* da Constituição Federal de 1988 assegura o livre acesso aos bens culturais de natureza material ou imaterial, produzidos em território nacional, que se encontra em guarda pública ou em concessão privada, e determina que a consulta a esses documentos deva ser provida aos que deles necessitem, sendo passíveis de punição na forma da Lei, os que descumprirem tais determinações ou atentarem contra a integridade dos bens culturais nacionais (Brasil, 1988).

O acesso ao *Arquivo Paulo VI* é limitado a um conjunto inexpressivo de pesquisadores, e esse órgão não dispõe de boletins, catálogos de fontes ou publicações que orientem ou apresentem aos possíveis interessados pela pesquisa documental, uma diretriz ou suporte sobre o que constitui o conteúdo dispostos nas prateleiras, assim como pede as noções básicas de Arquivologia.

Portanto, a natureza do acúmulo de material aqui apresentado, atende apenas ao interesse corporativo da Igreja local de ter os registros das suas atividades econômicas, culturais, teológicas, bem como das suas relações com outras instâncias administrativas e políticas, como é caso das correspondências entre a arquidiocese e Roma, Nunciatura Apostólica, Governo Federal e Estadual, como também, com a *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB) e a *Conferência Episcopal Latino-Americana* (CELAM).

A identidade arquivística situa-se não no interesse de promover sumariamente uma História da Arquidiocese e a sua relação com o Piauí, mas de aglutinar registros que sem o fator da análise humana, não passa de um conjunto de papéis dotados de informações dispersas. Muito embora esse arquivo não disponha de ampla abertura para pesquisas, a preocupação da Igreja Católica com a produção e conservação de memórias e histórias é um fator que merece destaque. A preservação de fragmentos do passado ajuda na estabilidade da identidade institucional, bem como na continuidade doutrinária e política da religião analisada.

O silêncio que fala

Michael Pollak (1989) afirma que o silêncio tem razões bastante complexas. O *Arquivo Paulo VI* ao não permitir o acesso aos documentos pretendidos, tem a missão de zelar pela imagem da instituição a que pertence. O seu papel em uma religião multimilenária e que pauta a sua ação na confiança que os seus fiéis depositam em seus juízos, é o de preservar a integridade moral da Igreja Católica, e por isso se pretende distante de toda e qualquer polêmica, - muito embora em algumas ocasiões não logre sucesso – e assim explica-se em partes a postura hesitante e refratária quanto ao acesso de alguns pesquisadores.

Silêncios que tentam limar ou preservar a imagem de indivíduos que representaram ou representam instituições, significa uma tentativa não de protegê-los, mas de não macular a face pública das corporações em que atuam. Acessar documentações e fazer uma leitura a contrapelo pode gerar complexas interpretações, que podem transformar-se em inconveniências particulares ou institucionais. Uma memória em disputa é sinônima de conflito em detrimento da continuidade coerente de uma narrativa histórica (Pollak, 1989). A Igreja Católica possui uma visão de mundo baseada na relação harmônica entre os seres. O conflito é uma seara não acolhida pela instituição – pelo menos do ponto de vista da teologia moral e da Doutrina Social da Igreja (DSI).⁵

Por que a Igreja Católica quer positivar a imagem de Dom Avelar? O fato de apoiar inicialmente por meio de notas ou discursos a Ditadura Civil-Militar em nome do anticomunismo não poderia ser para o arcebispo uma *estratégia* de preservação da própria instituição? As estratégias

Correspondem a um cálculo de relação de forças empreendido por um sujeito detentor de algum tipo de poder que, por esta via, postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta (CERTEAU, 1994 [1980], p. 46)

⁵ A Doutrina Social da Igreja é um conjunto de ensinamentos disperso em diversas encíclicas e pronunciamentos papais, em coerência com o Magistério da Igreja, e que versam sobre o bem comum da sociedade e a dignidade humana.

As estratégias visam produzir, mapear e impor formas de pensar e agir, tendo em tais ações, uma articulação do poder. Produzir sentidos e apresentá-los como a verdade dos fatos é uma estratégia comum aos que desejam legitimidade no exercício do poder, independente da jurisdição. Como então, sem o acesso aos documentos, estabelecer uma leitura não da vida pessoal de Dom Avelar, mas de sua atuação na instituição a que era filiado? Algumas reflexões são possíveis.

Ao privilegiar tal postura administrativa de limitação do diálogo entre pesquisadores e documentação, manifesta-se o enquadramento de memória (Pollak, 1989), mecanismo utilizado na defesa de uma narrativa histórica coerente. Submeter ao crivo institucional ou moral o que se fala sobre determinado indivíduo, não é uma particularidade da Igreja Católica, mas toda e qualquer pessoa que tem em jogo os seus interesses, independente da natureza deles. Ao analisar um conjunto de informações, o pesquisador não deve levar em conta apenas a elaboração discursiva, mas as condições de produção do documento e de acesso concedido às fontes. Em se tratando de História, há sempre interesses e subjetividades. Portanto, o silêncio intencional é uma chave de leitura para compreendermos determinados aspectos de fenômenos históricos.

Para Pollak (1989), o *não-dito* consiste no conjunto de narrativas ou experiências que não encontram versão oficial, em função do domínio de outra versão dos fatos que foi acolhida oficialmente. Transmitedas subterraneamente ou de forma não oficial, os relatos – escritos ou não - sobre acontecimentos históricos, subsistem em função da ação de determinados grupos ou setores que consideram válida a preservação de múltiplas narrativas, como forma de autoidentificação ou de oposição à memória oficial.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLAK, 1989, p. 08)

Desmitificar ou mesmo dessacralizar a figura de Dom Avelar, não faz parte dos desejos institucionais da Igreja, já que no período correspondente ao seu espipocado na capital piauiense, a instituição foi alçada à condição de prestígio político e social que nem mesmo o Estado possuía (Oliveira, 2016). O prestígio adquirido pelo prelado em favor da Igreja local o projetou nacional e internacionalmente, transformando a sua vida em um verdadeiro mito religioso. Portanto, a vida e obra de Avelar Brandão Vilela tornaram-se um campo propício para uma disputa de memória, fazendo com que o passado se insinue sobre o presente, construindo um regime de historicidade forte para o prolongamento de uma narrativa coesa. O prolongamento da prosa, sobre o bispo em questão, manifesta-se em falas de terceiros após a sua morte, como é o caso do trecho do seguinte discurso:

Sou privilegiado por ter tido D. José Frei Falcão como Pastor em Teresina, e quis o destino que nesta condição eu continue aqui em Brasília, onde passei a também a residir de 1987. Ainda recordo o momento em que Teresina o recebeu em 1971, carinhosa e calorosamente, para a difícil missão (para nós) de substituir o saudoso Arcebispo D. Avelar Brandão Vilela, então designado para a Diocese-Primaz de Salvador – BA. (BRASIL, Deputado (Felipe Mendes), 1989, p. 01)

No mapeamento das fontes, no arquivo, encontramos um discurso do então deputado federal Felipe Mendes (PSD-PI) na *Câmara dos Deputados* em 1989, em que ele aponta a projeção do episcopado de Dom Avelar quando fala da passagem de Dom José Frei Cardeal Falcão, que sucedera a Avelar em Teresina. Dessa forma, observa-se uma continuidade no discurso positivo sobre Dom Avelar Brandão Vilela, mesmo após a sua partida de Teresina rumo à Salvador – BA em 1971. A sua memória ainda é acionada na contemporaneidade, na sociedade Teresinense. Museus, ruas, auditórios, praças e outros monumentos ainda são erigidos em sua homenagem.

Nas fontes coletadas no *Arquivo Paulo VI*, especificamente no jornal “O Dominical”, consta a reiterada tentativa de apresentar Dom Avelar como o promotor do desenvolvimento social do Piauí. Os editoriais dos dias 22/10, 03/12 e 17/12 de 1961 apresentam seções inteiras para falar da concessão de créditos rurais para trabalhadores menos favorecidos por meio da articulação política do arcebispo, e a sua ativa participação no desenvolvimento educacional da cidade de Teresina (*O Dominical*, 1961).

Um lugar de diversas memórias

No trabalho biográfico construído por Sônia Maria dos Santos Carvalho (2013) sobre Dom Avelar, a autora que é jornalista e historiadora, manifesta agradecimentos aos arquivos das cúrias de Teresina, Aracaju, Petrolina e Salvador, sedes episcopais onde o prelado desenvolveu a sua ação pastoral. No momento da sua pesquisa (2010), a arquidiocese de Teresina encontrava-se sob outra jurisdição administrativa, o que lhe possibilitou recolher documentos como fontes para o trabalho que estava em processo de gestação, e que abordou questões gerais sobre a vida e atuação do bispo em questão.

Nesse período, um conjunto de escândalos sexuais e financeiros colocou a Igreja Católica no mundo todo em estado de tensão, o que acabou por impactar diretamente o final do pontificado de Bento XVI e todo o presente pontificado de Francisco que tem trabalhado para resolver tais questões. Polêmicas passaram a ser evitadas com afincos pelos líderes religiosos, e os demais membros da instituição adotaram a conduta de preservação da imagem e credibilidade da Sé Romana e das suas ramificações nos diversos continentes.

A partir do desequilíbrio institucional e a conseqüentemente imagem externa afetada, que passou a ser projetada em todo o mundo, fez com que houvesse uma tentativa de

fortalecimento da credibilidade milenar de que goza o catolicismo. Nos momentos de crise, reunir escombros do passado para tentar preencher lacunas do presente é a função dos lugares de memória (Nora, 1993). Quando se sente ameaçado, a memória histórica é acionada para fazer lembrar aos homens do presente a identidade de outrora que se vê comprometida.

O *Arquivo Paulo VI* é o lugar de acolhimento de toda documentação produzida no âmbito da Arquidiocese de Teresina, mas também o receptáculo de narrativas sobre a constituição e desenvolvimento dessa instância eclesiástica. A sua função não está restrita apenas à curadoria de produtos administrativos, mas estende-se a preservação da identidade e história da Sé Arquiepiscopal, de seus prelados, presbíteros, movimentos e associações religiosas.

Manter-se fiel a conduta de preservação da imagem institucional que sofreu ataques frontais nos últimos anos, é mais do que esperado. Preservar a memória de um bispo significa preservar a idoneidade da própria Igreja. Mesmo a memória vendo-se esfacelada ou contestada, um lugar que a preserve é essencial.

Nesse caso, não apenas o arquivo, mas auditórios e museus receberam o nome de Dom Avelar na capital piauiense nos últimos anos, bem como livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado foram elaboradas sobre essa figura emblemática e eminentemente política.⁶ Há, portanto, uma tentativa de enquadramento e preservação de uma narrativa coesa – por parte da Igreja local – colocando de lado o peso das contradições, mas compreende-se que embora exista um lugar oficial de memória, não significa que seja ela a única versão a existir.

Preservar o invisível por meio do concreto (Arévalo, 2005), significa que a memória se encontra em vias de esfacelamento ou sob ataque. Quando transformada em História, já não há um império da memória, mas o seu ocaso. Nesse caso específico, recorre-se à História como elemento legitimador do prestígio social da instituição católica e da sua identidade como promotora de progresso no Estado do Piauí. Memória, História e identidade, somam-se para uma efetiva construção discursiva. O passado tornou-se uma necessidade de sobrevivência no presente. Só resiste ao furor das mudanças e aceleração da História, quem consegue acionar e instrumentalizar as reminiscências de outrora.

Portanto, rastrear as intenções que produziram os lugares e os discursos sobre determinada memória, ou fração do passado que se sustenta por meio de documentos materiais, é de fundamental importância no exercício de análise e produção do conhecimento. Não se limitar a transcrever da fonte para o trabalho acadêmico, mas buscar compreender as articulações sociais, ideológicas, políticas, religiosas, etc. que formataram as fontes no momento de sua elaboração, como também, o tratamento custódio recebido, e por fim a sua divulgação. Apontar as convergências e divergências é uma tarefa que exige muitas vezes esforço hercúleo, mas que determinará a qualidade das análises.

⁶ Na última década, cresceu o interesse e a produção de trabalhos sobre D. Avelar. Marylu Alves de Oliveira em sua tese de doutorado defendida na UFC (2016) dedica um capítulo sobre a relação do referido prelado com o trabalhismo e outras questões políticas. No ensejo dessa produção, Sônia Freitas publicou uma biografia sobre o arcebispo Avelar.

Arquivo como lócus político e discursivo: uma atuação interdisciplinar

A Arquivologia como ciência responsável pelo armazenamento, processamento, divulgação, mediação e preservação de dados (arquivos); e a História como ciência que se ocupa das ações dos homens no tempo, segundo a concepção de March Bloch (2001), não podem ser entendidas como promotoras de saberes especializados sem a dimensão política e subjetiva.

Quando se pensa a organização e divulgação, bem como a interpretação de documentos tendo em vista a formulação de conhecimento histórico, deve-se levar em consideração que o ofício é desempenhado por homens, e homens dotados de subjetividade, carga cultural, e demandas próprias do seu tempo, que ajudarão no processo interpretativo. A presença da subjetividade não deve ser compreendida como sinônimo de deturpação ou livre interpretação fora dos parâmetros, mas como o espaço da liberdade de criação a partir dos códigos e convenções propostas e legitimadas pela academia.

Saberes academicamente legitimados não impedem o profissional arquivista de selecionar o que apresentar ao pesquisador, bem como, o pesquisador de escolher o que narrar e como narrar. Compreender essa dimensão dos interesses em disputa nos ajuda a perceber o campo de embates que pode se tornar um arquivo, que longe do entendimento de um lugar empoeirado e sem vida, responsável por amontoar um conjunto de documentos, precisa ser compreendido como um lugar dotado de sentido e significados, atravessado por uma dimensão política.

Ações de preservação e divulgação de documentos e da Memória transformada em História são reflexos dos interesses de grupos. Há que se lembrar de que embora o amparo legal dado aos documentos produzidos em território nacional que os considera como bens da nação – *Art. 2016* da Constituição Federal de 1988 - a custódia dos mesmos que estão na esfera privada, no que tange a preservação e divulgação, dependem da disposição dos seus mantenedores e administradores. Se determinado grupo que dispõe da curadoria de arquivos e documentos, percebe que possui autonomia para não seguir os princípios éticos da arquivologia, e assim limita o acesso a determinadas fontes históricas, materializa-se aí os interesses e disputas por narrativas hegemônicas.

Diversos agrupamentos sociais, educacionais e religiosos possuem uma dimensão política nas suas diversas ações, já que há na religião mais do que religião, sendo extensiva a presente conclusão aos demais setores da sociedade (Rémond, 2003).

Portanto, devemos nos questionar sobre a formatação de documentos e a preservação deles, já que “forças” atuam no tecido produtivo e posteriormente na dimensão arquivística e interpretativa da História. Dessa forma, é perceptível a interação entre passado e presente no que concerne ao diálogo travado por documento e pesquisador, e entre arquivista e arquivo.

Arquivo é uma instância elaboradora de discurso à medida que adota um formato organizativo que possibilite o acesso a pesquisadores que produzirão análises sobre o que lá encontrarem. Por isso, é importante salientar que:

São inúmeras as modalidades e estatutos de instituições arquivísticas e serviços de arquivos em organizações, com dimensões estruturais, administrativas e de recursos bastante diversas. O grau de autonomia de gestão político-administrativa entre elas varia muito: comparemos o alcance de um arquivo que é um setor administrativo de um museu e de um arquivo que é unidade administrativa que se situa a um grau abaixo do nível de secretaria de Estado. (CHAVES, 2020, p.02)

Pensar o grau de autonomia dos arquivos bem como dos pesquisadores nas dependências físicas dessas instituições, nos ajuda a perceber interferências direta ou indiretamente nas proposições de pesquisas. Atuar na perspectiva de consolidação da independência desses órgãos significa ampliar o escopo de atuação dos pesquisadores, e de garantia de acesso daqueles que acorrem à procura de provas para garantir direitos, evitando uma porção de percalços que tentam limitar o desenvolvimento do conhecimento histórico e do exercício de direitos de indivíduos que se sentem lesados e veem nos arquivos um caminho seguro para a resolução de demandas particulares ou coletivas. Arquivologia e História, em uma perspectiva interdisciplinar, devem atuar na afirmação da independência estrutural e administrativa dos arquivos, como também, na consolidação de direitos civis, como é o caso do acesso à informação.

Elaborar um diálogo interdisciplinar que articule não apenas Arquivologia e História, mas outras ciências como a Comunicação e Tecnologia da Informação, e áreas auxiliares como a paleografia, análise do discurso e psicanálise, para juntos somarem forças na administração, curadoria, preservação divulgação e interpretação de dados contidos em documentos.

Pensar estratégias de atuação que visem um diálogo a partir das concordâncias e do que é comum às diversas áreas do conhecimento, é o primeiro passo para superação de obstáculos. As divergências teóricas e práticas precisam ser pensadas em uma perspectiva transversal, e não hierárquica. Chaves (2020) afirma que os arquivos padecem de uma invisibilidade social crônica, tendo como a origem desse fenômeno a característica instrumental e o desprezo às ações humanas de registro e organização de informações.

A renovação da condição social dos arquivos não pode ser compreendida como adoção acrítica de métodos e estratégias que alcem essas repartições públicas e privadas a um populismo, ou mesmo moda passageira, pois só tornaria ainda mais precária a condição de produção do conhecimento.

Educar a sociedade para que ela visualize a estrutura arquivística como um “equipamento de cultura” (Chaves, 2020), contribuirá com a efetiva renovação da condição social dessas repartições. Pensar-se-á em uma adequada modalidade de diálogo com o público-alvo – que em sua maioria é composta por pesquisadores que dispensarão muito tempo no meio de prateleiras, à procura de indícios que deem conta de responder as suas postulações teóricas, de maneira a conceder acesso à informação, - quando possível - sem excessiva burocracia. Os processos de digitalização e armazenamento de dados em plataformas digitais são mecanismos

que garantem celeridade e a democratização no acesso às informações que estão sob custódia de Arquivos públicos e privados (Souza, 2014).

Conclusão

Tendo como experiência inicial a digitalização do periódico *O Dominical* que nos possibilitou o acesso ao *Arquivo Paulo VI* da Arquidiocese de Teresina, e nos possibilitou o acesso à riquíssima documentação sobre Dom Avelar, arcebispo de Teresina entre 1956-1971, posta nos limites físicos daquela repartição, e as decorrentes dificuldades apresentadas pela própria instituição, concluímos que o fazer arquivístico ainda enfrenta limitações colocadas por circunstâncias diversas, como os interesses políticos, subjetivos, institucionais, etc. propiciando interferências que impedem o avanço dos estudos históricos e a ampliação da historiografia especializada em determinados temas e recortes espaciais e temporais.

Tais dificuldades, embora se constituam como entraves, ajudam-nos a estabelecer uma leitura crítica das formas de produção, armazenamento e divulgação de documentos que serão utilizados como fontes históricas ou jurídicas. As formas de custódia de informação e os empregos dados a elas revelam faces das disputas de Memória, e a sua tentativa de sobrevivência frente a ataques.

Dessa forma, a revitalização da condição social dos arquivos, bem como a democratização do acesso e a educação da sociedade civil com vistas a uma efetiva valorização desses espaços produtores de cultura, constitui-se como estratégias práticas de apreciação, apoio e difusão do conhecimento, e que tem como origem o reconhecimento das condições existenciais das repartições analisadas.

Figura de caráter eminentemente político, com ações que despertou paixões e ódios, Dom Avelar Brandão Vilela é acionado como mecanismo de legitimação do papel social da Igreja Católica em Teresina. A sua memória é objeto de disputas e embates, que levam aos replicadores de sua história a utilizar estratégias para manter viva e coesa a narrativa de homem íntegro e coerente.

A documentação analisada - jornal *O Dominical*, discursos, livros de tombo e cartas circulares – que nos apresenta a pessoa de Dom Avelar Brandão Vilela e a sua atuação religiosa, social e política, foi fundamental para uma profícua compreensão das relações dos custódios do Arquivo com o passado da instituição a que pertencem. Não ocupam apenas uma função administrativa, mas zelam para idoneidade dos discursos produzidos a partir desse aparelho cultural que é o *Arquivo Paulo VI*. Por fim, apontamos que ao nos depararmos com tais situações, compreendemos que no campo da produção historiográfica não há neutralidade, mas as ações humanas são permeadas de intenções e interesses dos mais diversos possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Warrington Wallace Veras de. **Dom Avelar Brandão Vilela, entre o texto e o contexto**: trajetória e representações do Arcebispo do Piauí (1956-1971). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2008.
- ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. In. **Revista História Hoje**. Ano III, Nº 7, julho de 2005.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. March Bloch; prefácio. Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira. Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- _____. Deputado (Felipe Mendes). **Pronunciamento do Dep. Felipe Mendes** (PSD-PI) na Sessão da Câmara dos Deputados em homenagem a Dom José Frei Falcão, Cardeal-Arcebispo de Brasília, em 14/07/1989.
- BRITO, Augusto César Luiz. MOKARZEL, Marisa de Oliveira. CORRADI, Analaura. O arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade. In. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 158-182, jan./jun., 2017. p.158-181.
- BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAVES, Marcelo Antônio. O papel da difusão para o fortalecimento da identidade de arquivo. In. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano V, Nº 10, p. 77-92, junho de 2020. p. 77-92.
- CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão**: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina. Dissertação (mestrado) História do Brasil. UFPI. Teresina: UFPI, 2006.
- CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **O bispo de todos os tempos: uma biografia de Dom Avelar Brandão Vilela**. Teresina: EDUFPI, 2013.
- CRIVELLI, Renato. BIZELLO, Maria Leandra. Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. In. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 131-153, jan./abr. 2021. p. 151-153.
- MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. A formação de pessoal em arquivologia na Bahia: marcos históricos e institucionais. In. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 131-153, jan./abr. 2021. p. 31-47.
- MOTTA, Marly Silva da. **Teotônio Vilela**. Sanado Federal; Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1996.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2004.
- OLIVEIRA, Marylu Alves. **Da terra ao céu: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In. **Estudos Históricos**. Tradução Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. [direção] René Rémond; tradução Dora Rocha. 2^o ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SOUZA, Mariana Jantsch. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. In. **Revista Graphos**, vol. 16, nº 1, 2014|UFPB/PPGL.

Artigo recebido em 07/06/2021 e
aprovado para publicação em 09/08/2021